

NOTÍCIAS · AJ

BOLETIM INFORMATIVO ACADEMIA JUDICIAL ANO 09 Nº18 OUT 2011



ENTREVISTA

Confira a entrevista exclusiva com o desembargador aposentado Antônio Fernando do Amaral e Silva, que fala sobre a carreira e a Justiça.

PÁGINA 14

VEJA NESTE BOLETIM

ACONTECEU NA AJ

Ao longo do 1º semestre, três turmas do Curso de Ambientação Funcional para novos servidores foram realizados, com o objetivo de contextualizá-los com os aspectos estruturais e funcionais do Poder Judiciário.

PÁGINA 4



Fonte: Academia Judicial

Desembargadores recebem novos servidores

Academia Judicial firma parceria inédita com a Escola Nacional de Administração Pública - Enap, com o objetivo de iniciar os trabalhos pela metodologia de EAD no âmbito institucional.

PÁGINA 17

Agenda

Programação para o 2º semestre

2

Editorial

As conquistas da AJ em 2011

3

Aconteceu na AJ

Todos os eventos do 1º semestre

4

Artigo

Saiba tudo sobre o Programa 5S

10

Entrevista

Neusa Buss e seu trabalho com EAD

12

Destaques

Consolidação da EAD no Judiciário

16

Confira os eventos promovidos pela Academia Judicial confirmados para os próximos meses. Não deixe de acessar o *site* da AJ, para novidades.

OUTUBRO

3 e 4/10

Curso de manuseio de Planilha Eletrônica – para Contadores Judiciais

3 a 31/10

Eneagrama na Gestão de Pessoas

7/10

Ciclo de Palestras – 120 anos do TJSC

10 a 14/10

Curso de AutoCad e de Active 3D

16 a 18/11

Capacitação SAJ/GGS

17 a 20 /10

XI Encontro Estadual de Técnicos de Suporte em Informática

17 a 21/10

Capacitação de novos Servidores - TJAs

17 a 21/10/2011

Aspectos Formais e Materiais acerca da confecção de acórdãos

26 e 27/10/2011

I Encontro Estadual do Sistema de Juizados Especiais e programas alternativos de solução de conflitos

NOVEMBRO

4 e 14/11

Curso de AutoCad e de Active 3D (continuação)

7 a 9/11

Ambientação Funcional para novos Servidores - TJAs e Oficiais da Infância

7 e 8/11

Curso de manuseio de Planilha Eletrônica – para Contadores Judiciais

10 a 11/11

III Simpósio dos Registradores e Notários

16 a 18/11

III Curso de Aperfeiçoamento para Promoção por Merecimento

24 a 27/11

Capacitação Específica para novos Oficiais de Justiça e Avaliadores

30/11 a 2/12

Curso de Perícia Contábil – Contratos Básicos, Cálculos Previdenciários e Trabalhistas.

30/11 a 2/12

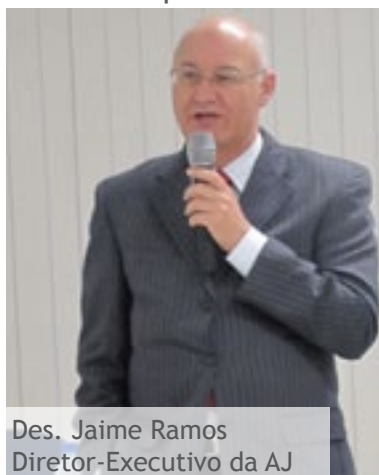
Ambientação Funcional para novos Servidores

Um novo Boletim é aqui lançado pela Academia Judicial do Poder Judiciário de Santa Catarina, com o objetivo de informar a todos acerca das atividades deste Órgão da Justiça Catarinense, encarregado pela Constituição de Santa Catarina, pela lei de organização judiciária e pelas normas internas; de formar, capacitar e aperfeiçoar permanentemente Magistrados e Servidores Judiciais e colaborar na criação de normas que venham a contribuir para o aprimoramento e a celeridade da prestação jurisdicional. Repleto de matérias, o boletim demonstra a busca incessante da Academia Judicial pelo cumprimento dessa missão institucional.

A par da estruturação administrativa desta Instituição que, para atender satisfatoriamente à demanda, vem agregando novos valores pessoais a cada instante, mercê da consideração que tem recebido do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador José Trindade dos Santos, a Academia Judicial realizou, no corrente ano, inúmeros cursos de capacitação e aperfeiçoamento, tanto para Magistrados quanto para Servidores Judiciais, estendendo-os a colaboradores externos, além de diversos Encontros entre cada categoria funcional.

Vale a pena conferir no Boletim a entrevista com o Desembargador Antônio Fernando do Amaral e Silva, Magistrado que por mais de quarenta anos serviu ao Poder Judiciário com ética, coragem, independência e inteligência, sendo um exemplo para todos os Magistrados.

Por fim, é importante salientar que a Academia Judicial tem dado ênfase à Educação a Distância, presentemente efetivada por meio de parcerias com outras entidades, mas que em futuro próximo será ministrada pela própria AJ, na tentativa de levar o conhecimento aos Magistrados e Servidores, com maior presteza, agilidade, objetividade, segurança e o menor custo possível.



Des. Jaime Ramos
Diretor-Executivo da AJ

Fonte: Academia Judicial

Expediente

Diagramação e arte
Diretoria de Tecnologia da Informação

Diagramação e edição de texto
Diretoria de Tecnologia da Informação

Imagens
Academia Judicial
Assessoria de Imprensa
Arquivo Pessoal

Redação de texto
Academia Judicial

Revisão ortográfica
DDI I Seção de Revisão

Distribuição Interna
Tiragem: 100 exemplares

N. 18 | Outubro de 2011.

Periodicidade: Semestral



Academia Judicial

Diretor-Executivo
Desembargador Jaime Ramos

Vice-Diretor-Executivo
Desembargador Rosa de Andrade

Vice-Diretor de Cursos Acadêmicos e Orientação Pedagógica
Desembargador Henry Petry Jr.

Vice-Diretor de Serviços Judiciários
Desembargador Jaime Luiz Vicari

Secretária Executiva
Bianca Wisbeck Bernstorff

Campanha Pai Legal utiliza *webconferência* para atingir todo o Estado

Magistrados e servidores interessados em aprofundar seus estudos sobre o Provimento n. 12 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – que trata de reconhecimento e ação declaratória de paternidade – tiveram a oportunidade de se capacitar, por meio de uma *webconferência* oferecida pela AJ em parceria com a Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ). A transmissão aconteceu no dia 15 de julho, ao vivo, a partir dos estúdios de Ensino a Distância (EAD).

A *webconferência* faz parte da “Campanha Pai Legal” – mobilização estadual pelo tema –, que iniciou com palestras de sensibilização – também realizadas via internet – nos dias 29 e 30 de junho de 2011. No total, 200 pessoas em todo o Estado estiveram conectadas para participar dos eventos.

Os instrutores internos foram o juiz Sílvio Dagoberto Orsatto e o escrivão judicial Sérgio Zitta. Como instrutora externa, participou Rita de Cássia Lang, diretora do Instituto Paternidade Responsável de Lages, que auxiliou os debates pelo *chat*.

Planilha eletrônica é tema de curso para servidores

Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento e a organização dos trabalhos que necessitam dos recursos disponíveis nas planilhas eletrônicas BrOffice e MS Excel, a AJ promove, desde maio, o curso “Manuseio de Planilha Eletrônica”.

Até o mês de julho, quatro turmas foram realizadas e 97 servidores foram capacitados. As aulas são ministradas pela servidora Neusa do Espírito Santo Costa Buss, graduada em Ciências da Computação pela UFSC e analista de sistemas, lotada na Diretoria de Tecnologia da Informação, Divisão de Gestão do Conhecimento, Seção de Suporte ao Ensino a Distância.

Novos servidores realizam Curso de Ambientação Funcional

A AJ realizou, de 11 a 13 de julho, o Curso de Ambientação Funcional para Novos Servidores, com o objetivo de integrá-los e contextualizá-los com os aspectos estruturais e funcionais do Poder Judiciário.

A iniciativa faz parte de um projeto de ações educacionais para novos servidores traçado para 2011, que estabelece um plano educacional corporativo qualificado e efetivo. Três turmas desse curso já foram realizadas, com carga horária de 30 horas-aula cada um.

Na primeira turma, realizada em abril, os servidores foram recebidos pelo presidente do TJ, desembargador José Trindade dos Santos; pelo diretor-executivo da AJ, desembargador Jaime Ramos, e pelo vice-diretor de serviços judiciários da AJ, desembargador Jaime Vicari.



Quase 100 servidores beneficiados com o curso

Fonte: Academia Judicial

AJ e Escola do Legislativo promovem Curso de Técnicas Legislativas

A AJ promoveu, em parceria com a Escola do Legislativo, nos dias 19 e 20 de julho, o Curso de Técnicas Legislativas. O objetivo foi aprimorar o desempenho laboral dos servidores da Presidência do TJ e demais setores que elaboram atos normativos, leis e informações sobre o processo legislativo e direito parlamentar.

Os conhecimentos necessários para a boa redação dos documentos, a elaboração, as finalidades, o foco na clareza, a objetividade e a consistência dos textos legais também foram abordados. O curso foi ministrado pela servidora do Senado Federal Cleide de Oliveira Lemos.



Fonte: Academia Judicial

O curso é ministrado por servidora do Senado

Academia Judicial promove Curso de Estatística Básica

Entre os dias 25 e 29 de julho, a AJ realizou o curso de Estatística Básica, cujo objetivo foi potencializar a capacidade de análise de dados de servidores do TJ, de modo a contribuir para tomadas de decisões mais seguras em suas atividades diárias. O curso foi ministrado pelo instrutor externo Eduardo Janicsek Jara, mestre em Ensino de Matemática pela UFRGS.



Fonte: Academia Judicial

Estatística é base para muitos servidores do TJ

Programa 5S chega a novas 150 pessoas no 1º semestre

A Assessoria de Planejamento e a Academia Judicial capacitaram, até o mês de julho, 6 turmas do Programa 5S. Com carga horária de 8 horas-aula, o curso já atingiu 150 pessoas, dentre servidores, colaboradores e estagiários lotados no Tribunal de Justiça e nas comarcas do Estado.

O objetivo do curso é proporcionar o conhecimento e a aplicação dos cinco sentidos do Programa no ambiente de trabalho, a fim de torná-lo mais agradável, seguro e produtivo. As aulas foram ministradas nas dependências da AJ por instrutores internos do quadro do Poder Judiciário.

Seção Psicossocial do TJ recebe Curso Palográfico

A AJ realizou, nos dias 9 e 10 de junho, o Curso Palográfico – Teste Psicológico. Ministrado pela psicóloga Sabrina Guidi Valverde, o curso teve por objetivo aprimorar o desempenho laboral dos servidores da Seção Psicossocial Organizacional do TJ, e propiciar subsídios teóricos e práticos para a compreensão, aplicação e interpretação do instrumento palográfico.

O palográfico é um teste expressivo, cujo objetivo é a avaliação da personalidade. É muito utilizado nas empresas pela simplicidade e rapidez na sua aplicação. O teste avalia a produtividade do indivíduo, seu ritmo de trabalho, organização e adaptação ao ambiente, grau de firmeza e segurança nas atitudes pessoais, vitalidade, adaptação a normas e deveres sociais, capacidade de estabelecer metas e cumpri-las, relacionamento interpessoal, humor, capacidade de concentração, impulsividade, emotividade, agressividade, depressão, entre outros traços pessoais. Sua avaliação e interpretação exigem preparação e experiência do psicólogo com a técnica.



Aplicação do palográfico já é possível no TJ

Fonte: Academia Judicial

Academia Judicial realiza curso sobre recuperação de empresas

O instituto de recuperação de empresas – Lei 11.101/2005 –, e sua tramitação no Judiciário, foi levado a magistrados, em curso realizado no dia 3 de junho. A proposta da AJ foi abordar os principais aspectos que envolvem o tema de forma multidisciplinar.

O evento contou com a presença dos desembargadores Jaime Ramos, diretor-executivo da AJ, e Jorge Luiz Borba.



Diretor da AJ faz abertura do evento

Fonte: Academia Judicial

II Fórum Brasileiro de Direito Público voltado para Saneamento Ambiental

Magistrados do Judiciário Catarinense, com competência funcional em mandados de segurança e outras ações inerentes à Fazenda Pública, participaram, nos dias 16 e 17 de junho de 2011, do II Fórum Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público – Saneamento Ambiental, realizado na Capital.

Os participantes foram selecionados mediante processo seletivo *on-line*, realizado pela AJ. Ao longo do evento, foram discutidos aspectos legais e políticos relativos às questões de saneamento ambiental.

Servidores participam de curso para elaboração de projetos de convênios

A AJ promoveu, nos dias 16 e 17 de maio, o curso “Elaboração e Análise de Projetos e Planos de Trabalho de Convênios”, destinado a servidores das Diretorias de Material e Patrimônio, Orçamento e Finanças, Geral Administrativa, Geral Judiciária (Secretaria do Conselho Gestor), entre outras.

O objetivo foi aprimorar o trabalho dos servidores, capacitando-os para o desenvolvimento de técnicas voltadas à elaboração e à análise de projetos e planos de trabalho de convênios no sistema Siconv.

O curso, ministrado pela professora Giana Perin, da Orzil Consultoria, aconteceu nas dependências da AJ, com carga de 16 horas-aula.



Fonte: Academia Judicial

Auditoria Interna também participou do curso

AJ realiza curso para formar multiplicadores para Juizados

De 4 a 6 de maio, foi realizado o Curso de Formação de Multiplicadores dos Juizados Especiais e Juizados Informais de Conciliação, com a proposta de capacitar servidores para atuarem como multiplicadores e instrutores no Projeto de Capacitação Integrada dos Operadores dos Juizados Especiais, Juizados Informais e Programas Alternativos de Solução de Conflitos em desenvolvimento na Justiça Catarinense.

O Curso foi ministrado pelos instrutores internos Alcebir Dal Pizzol (Diretoria-Geral Judiciária), Alexandre Dittrich Buhr (Juiz de Direito da 1° Vara Cível da comarca de Joaçaba), Hélio do Valle Pereira (Juiz de Direito da 3° Vara Cível da comarca da Capital), Edison Zimmer (Juiz de Direito da 3° Vara Cível da comarca de Rio do Sul) e Ellen White Baiense Concenço (Diretoria de Orçamento e Finanças). Como instrutora externa, atuou Elisabet Valero Moreira, Mestre em Gestão de Políticas Públicas pela Univali.

Direito Administrativo é reforçado para servidores públicos

No período de 9 a 11 de maio, a AJ realizou o Curso de Direito Administrativo, com o objetivo de aprimorar o trabalho dos servidores e possibilitar-lhes a aplicação correta das normas inerentes ao exercício de funções administrativas. O curso foi ministrado por Marco Antonio da Silva, graduado em Direito e Ciências Contábeis pela Facha, pós-graduado em Direito Público pela Fadvale e mestrando em Finanças Públicas pela Fucape/ES.



Fonte: Academia Judicial

Direito Administrativo é aplicado no PJ

Encontro Técnico-Educativo do Prodnasc é realizado em meio virtual

A AJ, em parceria com a CGJ, promoveu o Encontro Técnico-Educativo de Servidores para o Programa DNA em Audiência em Santa Catarina – Prodnasc, no dia 29 de abril. Realizado na modalidade webconferência, o evento durou três horas.

Por meio de transmissão ao vivo via internet, o público teve a oportunidade de assistir às explicações nas dependências dos próprios fóruns. Durante as palestras, houve espaço para a interação entre os participantes, que enviavam dúvidas e comentários sobre o evento via *chat*, e recebiam o retorno em tempo real.

O objetivo do evento foi habilitar enfermeiros e técnicos de enfermagem das Secretarias Municipais de Saúde para a correta utilização do *kit* de coleta de material genético, orientar os chefes de cartório acerca dos procedimentos e do sistema de preenchimento dos dados de coleta na internet, e orientar os chefes de Secretaria do Foro sobre a remessa dos materiais do Prodnasc ao Laboratório DNA/Udesc.

AJ orienta servidores para manifestações em atos do TCU, TCE e CGU

Nos dias 24 e 25 de abril, aconteceu o curso “Como se manifestar em Diligências, Citações, Solicitações de Auditorias e Requisições do TCU, TCE e CGU”.

O objetivo do curso foi aprimorar o trabalho dos servidores do TJ, a fim de possibilitar a aplicação correta das normas inerentes ao exercício de funções administrativas no âmbito do Poder Judiciário.

O grupo de participantes, composto por servidores da Presidência, da Auditoria Interna e das diretorias Geral Administrativa, Recursos Humanos e de Material e Patrimônio, foi instruído por Daniel Maia Vieira, bacharel em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília.



A carga horária do curso foi de 24h/aula

Fonte: Academia Judicial

Servidores participam de curso para ordenar processo disciplinar

Nos dias 13, 14 e 15 de abril, foi realizado o curso “Prática de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância”, com o objetivo de aprimorar o trabalho dos servidores do TJ que atuam em comissões disciplinares e/ou como sindicantes.

As aulas foram ministradas pelo professor José Afonso Pires Ferreira Junior, bacharel em Direito pela UniDF, e pós-graduado em Direito Administrativo e Processo Administrativo pela Ucam/RJ, e em Direito Público pela UniREAL/DF.

Ao longo do curso, os participantes tiveram a oportunidade de aperfeiçoar as técnicas processualísticas aplicadas na solução dos ilícitos administrativos, em conformidade com a legislação vigente. Com carga horária de 24 horas-aula, o curso foi realizado na modalidade presencial.

Workshop define execução dos projetos que integram NEPs

No dia 18 de fevereiro, a AJ promoveu um *workshop* com os coordenadores e com os membros dos Núcleos de Estudos e Pesquisas - NEPs, com o objetivo de orientá-los quanto aos procedimentos necessários para a elaboração dos projetos científicos, bem como definir portaria que regulamentará a condução dos trabalhos durante a execução das pesquisas.

O evento contou com a participação de aproximadamente 25 pessoas, dentre elas: o vice-diretor da Academia Judicial e coordenador-geral dos NEPs, desembargador Lédio Rosa de Andrade, a secretária executiva da Academia Judicial, Bianca Wisbeck Bernstorff e o chefe da Divisão de Ensino e Capacitação Profissional da AJ, Robson Carlo de Oliveira.



Fonte: Sissa Granada

Gestão de pessoas por competências é discutida no TJ

A gestão por competências vem sendo apontada como um modelo gerencial que desperta o interesse dos gestores de pessoas nas organizações, inclusive no setor público.

Acompanhando esta tendência do mercado, a AJ promoveu uma discussão do tema entre gestores e responsáveis pela implementação da metodologia no Judiciário Catarinense, ao realizar o curso “Gestão de Pessoas por Competências”, de 18 a 20 de abril.

O curso teve como proposta difundir a importância do modelo para o desenvolvimento corporativo e profissional dos servidores e identificar os principais métodos e ferramentas utilizadas nesse novo modelo de gestão ao conhecer suas etapas e vinculá-las ao planejamento estratégico organizacional.

As aulas foram ministradas na sede da AJ, pela professora Clarisse Droval, especialista em gestão de pessoas, educadora corporativa e consultora.

Ao longo do curso, de 24 horas-aula, os participantes também conheceram as diferenças entre a gestão do conhecimento e a gestão por competências e contemplaram os diferentes contextos e propósitos organizacionais e papéis ocupacionais. ■

Pedro Luís Linsmeyer

Pós-graduado em Gestão Estratégica no Serviço Público pela Unisul, ingressou no TJ em 1981. O assessor de planejamento e coordenador do Programa 5S, Pedro Luís Linsmeyer, comenta como este programa surgiu no âmbito institucional, quais os conceitos que fundamentam essa metodologia e quais metas já foram atingidas desde a parceria iniciada com a AJ.



Fonte: Bruna Cassilha

Servidor Pedro Linsmeyer

O Programa 5S é fruto de uma oportunidade de melhoria do Programa da Qualidade do Governo Federal, ao qual nosso Poder é adeso desde o ano 2000. Implantado efetivamente em 2004 no TJ, e em 2009 nas comarcas, é disciplinado pela Resolução n. 30/07-GP-22 de agosto de 2007.

Introduzido no Brasil em 1991 pela Fundação Cristiano Otoni, sua origem foi no Japão pós-guerra, em 1950, concebido pelo Engenheiro Químico Kaoru Ishikawa. Naquela época, o Japão apresentava um quadro de confusão e sujeira nas fábricas, e foi preciso uma limpeza e uma reestruturação para se tornar competitivo economicamente. Por isso, os cinco sentidos derivam das palavras japonesas seiri, seiton, seiso, seiketsu, shitsuke (veja quando ao lado).

Por se tratar de uma ferramenta administrativa usada para organizar e melhorar o ambiente de

trabalho e viabilizar o controle de atividades, informações e documentos, pode ser feito todos os dias, com a participação de todos os colaboradores (voluntários, estagiários, terceirizados, efetivos, comissionados, magistrados). Com isso, cria uma consciência coletiva entre eles, que passam a separar o público do privado. Também desperta a imagem institucional perante a população e prepara os servidores para mudanças pró-ativas que a sociedade exige dos órgãos públicos.

No Tribunal, o Programa 5S é administrado pela Assessoria de Planejamento e pelo Programa de Implantação de Serviços Judiciários e tem a Academia Judicial como parceira na realização dos cursos de implementação e disseminação. Existe ainda um comitê responsável pela definição de políticas e pelo acompanhamento, desenvolvimento e atualização do programa.

Parceria com a AJ

O curso de implementação e disseminação é efetuado por dois instrutores, com carga horária de 8 horas, para 30 colaboradores. Os instrutores são capacitados em curso específico, momento em que são abordados a metodologia, o conteúdo em si e as técnicas de apresentação e dinâmicas a serem utilizadas no curso de disseminação. Eles são escolhidos entre servidores efetivos e comissionados que tenham habilidade para falar em público e estejam motivados com o programa. O curso de implementação aborda os seguintes aspectos: missão, visão e planejamento estratégico; histórico do programa de qualidade; origem e benefícios; os 5 sentidos; estudo de casos; análise do ambiente; descarte e coordenação. A primeira aplicação prática é o “Dia do Descarte”, realizado após o curso de implantação.

O Programa 5S tem cunho educativo e não competitivo, com a ideia de criar o hábito – e quiçá a cultura – de melhorar o ambiente de trabalho. Assim, pretende-se fazer com que as pessoas reflitam sobre suas atividades e sobre como realizá-las de forma mais ágil e eficiente. As pessoas podem, inclusive, aplicá-lo na sua vida pessoal, em casa, no

O significado dos 5 sentidos

SEIRI (utilização): somente objetos e informações estritamente necessárias devem ser mantidas no local de trabalho;

SEITON (ordenação): os objetos e as informações devem ser deixados no lugar certo, de conhecimento de todos, para ser achados fácil e rapidamente;

SEISO (limpeza e conservação): eliminação e prevenção de qualquer sujeira e conservação dos móveis e utensílios necessários ao trabalho;

SEIKETSU (higiene e saúde): manter as condições de trabalho favoráveis ao bem-estar físico e mental dos colaboradores;

SHITSUKE (autodisciplina): comprometimento com os padrões éticos, morais e técnicos, e com a manutenção das melhorias implementadas.

automóvel, nas carteiras e bolsas, e em outros grupos sociais. O que realmente as pessoas precisam é de vontade e de ação.

Acompanhamento no PJSC


A cada seis meses, é efetuada uma avaliação do programa, que consiste na visita a cada unidade (gabinetes, diretorias, comarcas e demais setores do TJ), acompanhada por um representante. Os avaliadores preenchem um “check list” com itens que obedecem a uma pontuação de um a cinco, e formam uma espécie de raio-x do setor em relação ao ambiente de trabalho e aos cinco sentidos. Também são elaborados relatórios com a indicação de um plano de melhorias.

A avaliação serve para apontar as boas práticas, as desconformidades e as oportunidades de melhorias. Não somente o comprometimento das chefias e do coordenador do programa em cada unidade é importante, mas também a participação de cada colaborador, pois é preciso motivação, atitude e comprometimento para melhorar o ambiente de trabalho.

Quem já aderiu

No TJ, são avaliadas atualmente 60 unidades. Nos Gabinetes de Desembargadores e Juizes

Os bons resultados são percebidos em cada ciclo de avaliação, por meio de maior participação, envolvimento e comprometimento dos nossos colaboradores, principalmente quando encaram o Programa como uma ferramenta administrativa de trabalho.”

de Segundo Grau, a adesão é voluntária. Na Justiça de Primeiro Grau, já aderiram ao Programa 25 comarcas: Balneário Piçarras, Bom Retiro, Capinzal, Capital – Norte da Ilha, Capivari de Baixo, Descanso, Dionísio Cerqueira, Garuva, Guaramirim, Ibirama, Jaguaruna, Lauro Müller, Lebon Régis, Maravilha, Mondaí, Orleans, Otacílio Costa, Presidente Getúlio, Rio Negrinho, Santa Cecília, Santo Amaro da Imperatriz, São Bento do Sul, São João Batista, São José do Cedro, Turvo, Anchieta, Palmitos e Seara. O Plano Plurianual (PPA) 2012–2015 prevê a implantação em todas as comarcas do Estado. 

Neusa do Espírito Santo Costa Buss

Formada em Ciências da Computação pela UFSC, a servidora ingressou no Judiciário Catarinense em 2003. Atualmente, chefia a Seção de Suporte ao Ensino a Distância (EAD) da Diretoria de Tecnologia da Informação. Estruturada para viabilizar tecnicamente os projetos de EAD e administrar o ambiente virtual de aprendizagem da AJ, a seção atua também no desenvolvimento e no suporte de outros sistemas, como precatórios e protocolo administrativo. Como instrutora interna da AJ, Neusa ministra o curso de “Manuseio de Planilhas Eletrônicas” e, recentemente, atuou como tutora a distância, papel inédito no âmbito institucional. Confira um pouco mais sobre essas experiências:



Servidora Neusa Buss

Fonte: Arquivo Pessoal

Notícias AJ: Como é desempenhar o papel de instrutora interna do Poder Judiciário?

Neusa: Do ponto de vista pessoal, ser convidada para tal papel é motivo de grande orgulho para mim. É o reconhecimento de todo um trabalho. Porém, o mais importante é poder repartir o conhecimento com meus colegas, o que me traz grande realização profissional.

Notícias AJ: Como você avalia a receptividade dos colegas ao seu trabalho?

Neusa: Graças a Deus, sempre fui muito bem recebida pelos meus colegas e mantenho contato com alguns até hoje. Semana passada, uma participante do curso “Manuseio de Planilhas Eletrônicas” entrou em contato comigo, através do Pandion, pois

tinha uma dúvida específica sobre um dos assuntos ministrados. É importante essa interação pós-curso, quando os colegas se sentem à vontade para questionar sobre dúvidas relacionadas ao seu trabalho, no momento em que elas ocorrerem.

Notícias AJ: Você já teve outras experiências como instrutora, ou os cursos ministrados para o Tribunal de Justiça foram suas primeiras atuações como docente?

Neusa: Enquanto morava no Rio de Janeiro, tive a oportunidade de iniciar o mestrado em computação na área de *data mining*. Durante todo o primeiro ano do curso, ministrava regularmente apresentações aos meus colegas. Com essa experiência, os cursos promovidos pela AJ se tornaram mais fluentes.

Notícias AJ: Você foi a primeira tutora a distância da AJ. Como surgiu o convite para atuar nessa função?

Neusa: Por estar envolvida com a EAD, na chefia da Seção de Suporte ao Ensino a Distância, fui convidada pela AJ, por meio do chefe da Divisão de Ensino e Capacitação Profissional, Robson Carlo de Oliveira, e da chefe da Seção de Ensino a Distância, Carolina Machado, para participar do Programa para Formação de Tutores e Coordenadores, promovido pelo CNJ para a aplicação do “Curso de Desenvolvimento de Competências Gerenciais”. O curso foi realizado em abril e, após sua conclusão, foi feito o convite para ministrá-lo no PJ. A princípio, fiquei apreensiva pela responsabilidade que o trabalho exigiria, mas depois percebi que seria

uma grande oportunidade para ajudar a definir os rumos da EAD no Judiciário catarinense.

Notícias AJ: O que levou você a aceitar esse desafio? Conte mais sobre essa experiência.

Neusa: Vários fatores. Como esse é o primeiro projeto de EAD desenvolvido pela AJ e, ao mesmo tempo, sendo chefe da Seção de Suporte ao Ensino a Distância, queria muito que o projeto desse certo. A meu ver, seu sucesso daria credibilidade ao EAD no Poder Judiciário. Dessa forma, vislumbrei que eu era a pessoa certa, pois como tutora e administradora da plataforma Moodle, podia identificar problemas no exato momento em que acontecessem, e agregar melhorias. O segundo ponto está relacionado a alguns traços de minha personalidade, disposta a enfrentar desafios. Finalmente, a alegria de atuar ativamente nesse projeto, embrião de um novo modo de educação.

Notícias AJ: O que aborda o conteúdo ministrado no Curso de Desenvolvimento de Competências Gerenciais?

Neusa: O curso mostra-se de grande utilidade para os gestores, pois aborda diversos temas pertinentes, tais como liderança,

comunicação, *feedback*, relacionamento entre as equipes, gerenciamento de conflitos, delegação de tarefas, reuniões, entre outros.

“A tendência é que a EAD cresça, com diferentes cursos em todas as áreas. Assim sendo, a formação de novos tutores sempre será necessária para atender essa demanda.”

Notícias AJ: O fato de lidar com profissionais distintos – contadores, distribuidores, chefes de cartório, coordenadores de centrais de mandados, secretários jurídicos e oficiais de gabinete – , como seus alunos, traz alguma dificuldade adicional?

Neusa: Inicialmente sim, pois são profissionais que exercem atividades completamente distintas da minha área e com realidades diferentes. Mas, aos poucos, com o convívio diário, pude aprender não só sobre o complexo sistema Judiciário, mas também como desenvolver amigos.

Notícias AJ: Qual sua avaliação sobre o corpo discente da AJ ?

Neusa: Os colegas com que tive contato até agora sempre se

mostraram extremamente dedicados na condução das atividades propostas, dispostos a aprender e a questionar – no sentido positivo da palavra. Pessoas com um currículo impecável, sem problemas para trazer dúvidas e apresentar soluções, com um profissionalismo que extrapolava o curso em si, e dispostos a levar ferramentas para resolução de suas atividades cotidianas. Não se tratava em fazer um curso por fazer, sinal de amadurecimento da Instituição.

Notícias AJ: Que sugestão você daria para o aprimoramento dos trabalhos da AJ?

Neusa: Sendo uma instituição de ensino tão importante para todos nós, é fundamental que a estrutura da AJ, tanto em termos físicos como em termos de pessoal, esteja em melhoria contínua. O quadro do Poder Judiciário catarinense está crescendo visivelmente, e por esse motivo, a AJ deve estar sempre um passo à frente para conseguir atender magistrados e servidores.

*Saiba como foi o curso, em matéria na página 15.

Des. Antônio Fernando do Amaral e Silva

O Diretor-Executivo da AJ, desembargador Jaime Ramos, convidou o desembargador aposentado Antônio Fernando do Amaral e Silva para falar sobre a carreira e a Justiça. O Magistrado, que atuou como presidente do Tribunal de Justiça catarinense de 2002 a 2004, faz um paralelo entre o Poder Judiciário da época em que ele ingressou na Justiça, em 1968, e o de hoje. O Magistrado também falou da AJ, da qual foi diretor entre os anos de 2006 a 2008.



Des. Amaral e Silva

Fonte: Assessoria de Imprensa TJS

Notícias AJ: Que motivo fez o senhor optar pela magistratura?

Des. Amaral: Vontade de servir, seguindo o exemplo do pai, homem bom e simples que exercia a judicatura com muita humanidade, sempre preocupado em pacificar. Seu conselho, quando tomei posse como juiz substituto, foi uma constante preocupação na minha vida profissional: “ – Meu filho, nunca esqueça: juiz não cria caso! Juiz resolve caso!”.

Notícias AJ: Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo senhor no início da carreira?

Des. Amaral: Os tempos eram difíceis: as comarcas eram distantes, e quando chovia as estradas ficavam praticamente intransitáveis. Em muitas delas não havia

telefone, a eletricidade era racionada, a comunicação era pelo rádio ou pela radiotelegrafia da Polícia Militar. Poucos eram os edifícios do Judiciário, e o fórum funcionava em salas emprestadas nos prédios das prefeituras. Em contrapartida, havia muita consideração e respeito entre os juízes, promotores e advogados.

Notícias AJ: Que avaliação o senhor faz do Poder Judiciário de SC hoje?

Des. Amaral: O Judiciário catarinense é muito respeitado em todo o país. Patrimônio conquistado pelos nossos antecessores, e que vem sendo mantido mercê de novas conquistas no aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Notícias AJ: Qual conselho o senhor daria para quem

pretende ingressar na magistratura?

Des. Amaral: Estude! Estude! Estude Ciência do Direito, Direito Positivo, Sociologia Hermenêutica, Filosofia, Psicologia, Ciência Política, História do Direito, Prática Jurídica.

Notícias AJ: O senhor considera a índole brasileira voltada para a litigância?

Des. Amaral: Não! O que acontece é que, lamentavelmente, há muito desrespeito aos direitos; isso pela falta de educação cívica e moral do nosso povo.

Notícias AJ: Qual a importância da AJ e quais contribuições ela pode efetivamente trazer para a Justiça de SC?

Des. Amaral: A AJ é uma verdadeira universidade corporativa: um importante centro de formação e aperfeiçoamento do Judiciário catarinense e um valioso núcleo do pensamento Judiciário. É o mais importante órgão administrativo do Tribunal de Justiça. A Academia pode contribuir em todas as áreas de atribuição do TJ, desde o planejamento estratégico até o acompanhamento das inúmeras atividades, como a formação e o aperfeiçoamento de juízes e servidores.

Notícias AJ: Em sua opinião, quais são e quais deveriam ser os objetivos fundamentais da AJ?

Des. Amaral: Os objetivos fundamentais vêm expressados nos

“Novas, importantes e indispensáveis à pronta e eficaz prestação jurisdicional, as tecnologias do tempo em que vivemos têm de ser estudadas e aplicadas a partir de experiências, e estas só podem vir por meio da AJ”


atos normativos que criaram e que mantêm a Academia, principalmente na verdadeira escola de líderes que se tem revelado através da formação e aperfeiçoamento de centenas de juízes e servidores da Justiça.

Notícias AJ: No seu entendimento, a AJ tem uma dimensão política ou é um instrumento exclusivamente técnico

de aperfeiçoamento de magistrados e servidores?

Des. Amaral: Creio que a dimensão política tem de estar presente nas preocupações de todos que atuam no importante Órgão, núcleo pensante do Judiciário catarinense.

Notícias AJ: Em seu ponto de vista, quais são os grandes desafios da Justiça brasileira neste início de século?

Des. Amaral: A adaptação à tecnologia e aos novos instrumentos de facilitação do acesso à Justiça e a rápida e eficiente prestação jurisdicional. 

Sobre o magistrado: Natural de Laguna, o Magistrado ingressou no Poder Judiciário catarinense no dia 8 de maio de 1968. Como juiz de direito, atuou nas comarcas de Tangará, Bom Retiro, Ibirama, São Miguel do Oeste, Araranguá e Blumenau. Em 12 de setembro de

1990, foi promovido por merecimento ao cargo de desembargador. No Tribunal de Justiça, foi presidente entre os anos de 2001 e 2004 e foi um dos mentores do Estatuto da Criança e do Adolescente. De 2004 a 2006, presidiu a Academia Judicial. Aposentou-se no dia 30 de agosto de 2009.

*As questões foram elaboradas pela Assessoria de Imprensa do TJSC.

Curso de Desenvolvimento de Competências Gerenciais consolida EAD no PJ

O Curso de Desenvolvimento de Competências Gerenciais, destinado a 700 servidores do PJ que desenvolvem funções gerenciais em unidades judiciárias, foi oferecido de 11 de julho a 11 de agosto. Contadores, distribuidores, chefes de cartório, coordenadores de centrais de mandados, secretários jurídicos e oficiais de gabinete, lotados no Tribunal de Justiça e nas 111 comarcas do Estado, reuniram-se na “comunidade virtual” para refletir e estudar as habilidades técnicas e comportamentais que devem ser adotadas por todos que ocupam uma função de gestão.

Para sua realização, a AJ contou com duas importantes parcerias. O CNJ, que cedeu o conteúdo original do curso, elaborado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e a Diretoria de Tecnologia da Informação - DTI que, por meio da Seção de Suporte ao Ensino a Distância, reformulou e personalizou inteiramente o ambiente virtual de aprendizagem da AJ, e possibilitou que o curso fosse realizado por meio da plataforma Moodle 2.0. O conteúdo original do curso, por sua vez, foi revisado pela equipe da AJ Virtual e sofreu algumas adaptações para que pudesse melhor atender às necessidades dos servidores do Judiciário Catarinense.

As aulas foram totalmente virtuais: ao acessar a página do curso via internet, os participantes tiveram disponíveis o material didático e a indicação das atividades a serem realizadas no tempo proposto. A metodologia foi fundamentada no processo de aprendizagem colaborativa *on-line*, proposta pedagógica em que os participantes se ajudam no processo de construção do conhecimento e atuam como parceiros entre si e com os professores-tutores, com o objetivo da aprendizagem.

Em cada etapa do curso, os participantes foram acompanhados por tutores, todos servidores do PJSC, que foram capacitados

para desempenhar tal papel. Atividade inédita no âmbito do Judiciário Catarinense, a tutoria foi realizada por 23 servidores. Cada um deles acompanhou uma turma de 30 alunos e ficou responsável por esclarecer dúvidas, estimular a participação dos alunos e resolver possíveis dificuldades.

Ao longo dos estudos, os participantes puderam, ainda, refletir acerca dos valores e das atitudes que devem ser utilizados pelos gestores, bem como identificar as estratégias para desenvolver competências de liderança que combinem relações interpessoais, inovação, negociação, aprendizagem organizacional, estratégia e qualidade nos processos.

O curso também cumpre ao disposto na meta 6 do CNJ de 2009, que estabeleceu a necessidade de “capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas”.

AJ realiza evento para lembrar Dia de Combate ao Aquecimento Global

Em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas (NEP) sobre Gestão Ambiental, coordenado pelo Juiz de Direito Substituto Iolmar Alves Baltazar, a AJ realizou, no dia 12 de maio, evento em comemoração ao “Dia Catarinense de Combate ao Aquecimento Global e outros Temas Ambientais Relevantes”. O Doutor Marcelo Buzaglo Dantas, advogado, presidente da Comissão de Meio Ambiente da OAB/SC, mestre e doutorando em Direitos Difusos e Coletivos pela PUC-SP, proferiu palestra de abertura, na sede da AJ.

O evento foi direcionado aos membros do NEP sobre gestão ambiental, aos servidores lotados na Seção de Gestão Ambiental da Diretoria de Infraestrutura, e representantes de comissão, seção ou setor de gestão ambiental do Ministério Público de Santa Catarina, da Justiça Federal de Santa Catarina, da Justiça do Trabalho de Santa Catarina e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ Socioambiental.

O tema foi importante para a formação dos membros do NEP, que estudam a política estadual sobre mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável de Santa Catarina, dentre outros assuntos ambientais.



A data foi criada pela Lei nº 15.354 de 10/12/2010

Fonte: CNJ Socioambiental

AJ oferece curso de aperfeiçoamento a juízes

De 11 a 13 de maio, a AJ promoveu o I curso de aperfeiçoamento para fins de promoção por merecimento a magistrados, com o tema “Direito sobre Atividades Médicas”.

Com 85 juízes participantes, o curso teve como coordenador científico o juiz Edison Zimmer, e como coordenador pedagógico, o juiz Marcelo Carlin.

Em três dias de estudos, foram realizados grupos de discussão, debates e palestras (vide quadro abaixo).

O curso aconteceu em Joinville, para onde o diretor executivo da AJ, desembargador

- Transformações da responsabilidade civil: da imunidade à hiper-responsabilidade - juiz Romano José Enzweiler
- Latrogenia e erro médico sob o enfoque da responsabilidade civil - desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.
- Perícia médica e modernidade técnica - psiquiatra Alan Índio Serrano
- O dano moral nas ações de responsabilidade civil médica - desembargador Jânio Machado
- Aspectos processuais das ações de indenização por erro médico - juiz Hélio do Valle Pereira
- O direito e a ética no exercício da medicina- advogado Irineu Ramos Filho

AJ firma parceria com Enap e lança cursos a Distância

A Academia Judicial realizou, em março deste ano, uma parceria inédita com a Escola Nacional de Administração Pública – Enap, com o objetivo de iniciar os trabalhos pela metodologia de EAD, no âmbito institucional. Para tal, foram oferecidos três cursos: Rumo à Aprendizagem Virtual, Atendimento ao Cidadão e Ética e Serviço Público, todos no formato *on-line*, realizados no ambiente virtual da Enap.

Para o preenchimento das vagas disponíveis, foi realizado processo seletivo pela página eletrônica da AJ. O público interno revelou uma boa aceitação do EAD: houve uma demanda muito superior à oferta, de tal modo que, no segundo dia de inscrição, as vagas estavam esgotadas.

O curso “Rumo à Aprendizagem Virtual” ocorreu no período de 24 de maio a 13 de junho, com carga horária de 10 horas. Foram oferecidas 100 vagas, todas preenchidas. Seu objetivo foi de gerar a reflexão sobre a abrangência da aprendizagem pelo meio eletrônico, de modo que os participantes pudessem reconhecer o EAD como um método viável e eficaz para promover a capacitação e o desenvolvimento profissional de pessoas.

Ao longo do curso, foram abordados conceitos que envolvem o aprendizado, as principais tendências em EAD e os benefícios da nova metodologia para o indivíduo e para as organizações.

O curso “Atendimento ao Cidadão” também contou com 100 participantes. Foi realizado de 14 de junho a 4 de julho, com carga horária de 20 horas. Teve por finalidade explicar a importância do bom atendimento ao cidadão pelos servidores públicos, identificar as competências

essenciais necessárias para oferecê-lo e considerar os princípios éticos e legais do serviço público durante o atendimento, de modo a construir a boa imagem do Judiciário.

O último curso, “Ética e Serviço Público”, aconteceu de 24 de maio a 13 de junho, e teve 60 inscritos. Com carga horária de 10 horas, o curso teve como objetivo fazer com que o participante fosse capaz de reconhecer a dimensão ética de sua atividade profissional e considerar a ética na resolução de problemas no serviço público.

Todos os cursos tiveram suas aulas ministradas no formato autoinstrucional, isto é, sem a atuação direta do professor-tutor. Nesse modelo de EAD, foi permitido ao aluno interagir e navegar entre os conteúdos, bem como realizar as leituras e as atividades avaliativas na sala virtual. Para isso, foram utilizados os recursos didático-pedagógicos disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem Moodle, como: sala de aula virtual, glossário, salas de bate-papo (*chats*) e textos em biblioteca virtual.

Comarcas participam do Curso de Formação para Conciliadores e Mediadores

A AJ e a Secretaria do Conselho Gestor do Sistema dos Juizados Especiais e Programas Alternativos de Soluções de Conflitos trabalham, desde maio, na nova edição do projeto “Curso de Formação Integrada para Conciliadores e Mediadores”, que irá abranger 16 polos de capacitação do Estado.

O curso busca qualificar secretários para atuarem nos programas de Juizados Especiais, Mediação Familiar e Juizados Informais, em Fóruns Municipais-Casas de Cidadania, postos de conciliação extra-processual e mutirões de conciliação. No futuro, poderão atuar no desenvolvimento de ações voltadas para a solução de conflitos, por meio da conciliação, nas comarcas de sua região.



TJ capacitou 152 mediadores no 1º semestre

Fonte: Academia Judicial

As primeiras cidades a receber o curso foram Chapecó (67), São Miguel do Oeste (72) e Xanxerê (47). Em seguida, foi a vez de Canoinhas (50), Joinville (68) e Blumenau (72). Em julho, os instrutores atuaram em Criciúma (81) e em Tubarão (55). Ao todo, 512 conciliadores e mediadores foram capacitados até o momento.

Conheça alguns servidores que atuaram como instrutores, nos diversos polos:

Célia Cristina Theodorovitz,
Rosana Magalhães Pahl,
Nelcira Cassol Munareto,
Vanderlei Wojciechowski,
Clenici Maria Pereira Dias,
Simone Regina Medeiros,
Tânia Aparecida C. da Silva,
Crystiane Maria Uhlmann,
Anne Maia da Silva Gerber,
Alessandra Girardi,
Vânia Maçaneiro,
Elizângela Scharf Mendonça,
Anderson Luz dos Santos,
Silvia Regina Danielski.



Sugestões e colaborações podem ser enviadas para:

Academia Judicial | academia@tjsc.jus.br
Av. Prefeito Osmar Cunha, 91 | Edifício Bancário Ewaldo Moritz
Florianópolis | SC | CEP:88020-120 | Tel.: (48) 3287.2801